

HOMENS E MULHERES EM BUSCA DE DIGNIDADE: PRESBITERIANOS ECUMÊNICOS E A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Charlene José de Brito ¹

Introdução

Na segunda metade do século XX, jovens Presbiterianos atentos às transformações que estavam ocorrendo no cenário internacional, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, começaram a questionar a realidade social da maioria da população brasileira à luz dos princípios cristãos. Essa nova geração de evangélicos, grupo minoritário dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), adotou uma postura ecumênica, um envolvimento da igreja com as preocupações deste mundo e um engajamento na luta em prol da justiça social. Criticavam a omissão dos irmãos protestantes frente aos problemas que afligiam os despossuídos e o estrangeirismo do pensamento teológico destes, que propalavam nos púlpitos sermões que em nada se aproximavam da vida dos fiéis.

Essas novas perspectivas emergiram no meio protestante principalmente após a criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em 1948, quando uma leitura contextualizada da conjuntura do período começou a ser elaborada. Em Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, situada a aproximadamente 109 km da capital, os Presbiterianos de viés ecumênico começaram a atuar em meados da década de 1960. Foram os responsáveis pela idealização de entidades voltadas para o atendimento de mendigos e migrantes, como a Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) e o Serviço de Integração de Migrantes (SIM). Além de atuarem com esses segmentos, desenvolveram atividades junto à população do campo, com a fundação da Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (CEDITER).

Para este estudo, a análise se dará em torno das atividades realizadas pelos Presbiterianos Ecumênicos através da CEDITER na fundação da CPT em Feira de Santana, no desenrolar dos anos de 1980. Nesta cidade, dada a negação do Bispo Católico em apoiar o órgão, coube a estes evangélicos vinculados à CEDITER, com o apoio da Igreja Presbiteriana Unida (IPU) – fundada por esses evangélicos a partir do momento em que suas ideias e ações não coadunavam mais com o *conservadorismo* da IPB, da qual muitos

foram expulsos da IPB – e do Presbitério de Salvador (Bahia), pôr em prática tal projeto. A entidade além de acolher as demandas do município, estendia seu atendimento às áreas limítrofes e as regiões do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina.

Analisaremos como se deu a atuação desses Evangélicos junto a CPT, ante as dificuldades vinculadas a terra no município referido, sobretudo na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. O estudo perpassará a forma como o serviço pastoral foi posto em prática, os desafios que a realidade feirense apresentava e áreas de abrangência da proposta. Para tal, faremos uso de documentos sobre a CPT e depoimentos orais dos envolvidos. A discussão está ancorada nas interpretações que Michael Löwy fez às leituras de Marx e Engels acerca do papel duplo da religião, ao mesmo tempo em que oprime, também liberta.

A Comissão Pastoral da Terra: uma realidade em pleno Regime Militar

As Pastorais da Terra, realidade no Brasil nos anos de 1970, nasceram da soma de esforços de Católicos ligados a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Preocupados com a situação da população pobre, sobretudo os trabalhadores e trabalhadoras do campo, estes religiosos puseram em prática um plano de ação que visava amparar o pequeno produtor, “posseiros, meeiros, arrendatários, sem-terra, acampados e assentados, assalariados rurais e (...) [as] diversas e diferentes comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e povos indígenas”,² entre outros, quer seja judicialmente, ou mesmo no trabalho pastoral que estava muitas vezes ligado a organização e articulação do desassistido frente às injustiças cometidas, principalmente, pelos grandes proprietários de terras.

O contexto em que as Comissões Pastorais da Terra (CPTs) surgiram, foi marcado pelo autoritarismo do Governo Militar. Nessa mesma conjuntura, pós *Revolução de 1964*, as Ligas Camponesas, apoiadas pelo advogado Francisco Julião, já haviam deixado de ser uma associação de trabalhadores rurais de âmbito local, que abrangia o Sertão Pernambucano, para se expandir por outros estados do País e repercutir “na imprensa nacional e mesmo internacional” (Montenegro, 2008, p. 17). Com a instauração do *golpe*, estas organizações de camponeses sofreram forte represálias por parte dos militares e como

desfecho dessa repressão, além da prisão das principais lideranças e mais uma vez a procrastinação de uma Reforma Agrária, aconteceu finalmente a extinção do movimento.

A difusão da bandeira de luta das Ligas Camponesas, que tinha como foco principal a distribuição de terras devolutas foi a mola propulsora para a criação de “uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola” no limiar do governo do presidente Mal. Castelo Branco (Ramos, 2005, p. 02). A insatisfação reinante no meio rural brasileiro e a dimensão que os movimentos de trabalhadores/as rurais estavam ganhando no Brasil fez com que as lideranças militares, logo após o *golpe*, adotassem medidas urgentes e estas vieram na forma de metas estabelecidas a partir da elaboração do Estatuto da Terra que previa solucionar os problemas referentes à posse da terra, sua distribuição e as questões relacionadas à agricultura e seu desenvolvimento.

Todavia, um regime que recebeu o apoio dos grandes latifundiários, avessos à qualquer transformação no campo, não tinha pretensão de modificar a situação dos pequenos lavradores. Se em algum momento houve a intenção de pôr em prática tal plano, esta foi relegada ao esquecimento a partir das pressões dos proprietários fundiários, que não possuindo mais o argumento do comunismo como ameaça, ou melhor, “não mais podia[m] afirmar que a reforma agrária de Castelo Branco significava a instauração do comunismo no Brasil”, haja vista eles próprios terem “defendido e apoiado publicamente uma reforma agrária “democrática e cristã” contra o que consideravam a opção socialista”, utilizaram de outros subterfúgios, como a inexistência de um problema agrário no País (Bruno, 1995, s.n.).

O Estatuto da Terra em seu Artigo 1º, dos *Princípios e Definições* aspirava “regula[r] os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”,³ porém, nos idos de 1964 este serviu mais como uma estratégia para apaziguar os ânimos dos envolvidos na luta pela terra e conter os avanços das Ligas Camponesas, do que uma intenção do novo governo em atender as demandas oriundas do campo e propiciar de fato o acesso à terra.⁴ Destarte se tornou bastante contraditório “criar uma legislação agrária durante um regime militar, caracterizado pela rearticulação das forças políticas em prol de um capitalismo monopolista associado ao capital estrangeiro” e que ao mesmo tempo “contou com o apoio das classes proprietárias rurais” (Ramos, 2005, p. 02). Nada mais antagônico do que pensar

em distribuição do solo de forma equitativa e ao mesmo tempo assumir a necessidade de permanência dos grandes latifúndios nas mãos de uns poucos.

Ao considerarem incoerente esse processo, os idealizadores das CPTs tinham em mente operar frente à população ligada ao trabalho do campo, que após a proibição das Ligas Camponesas ficaram a mercê dos proprietários de terra e dos militares ancorados em seu Estatuto da Terra. A forma como as CPTs começaram a atuar, e tendo como principais agentes alguns padres católicos comprometidos com a causa dos pobres, fez com que em seu nascedouro fossem vistas com bons olhos pelas autoridades governamentais que percebiam qualquer organização de trabalhadores como perigosa por colocar em xeque a ordem e a segurança da nação. A possibilidade de desenvolver esse tipo de atividade por parte dos religiosos foi possível devido à influência política e intelectual que estes exerciam e “[e]m virtude do prestígio social da Igreja” no período (Santos, 2007, p. 102).

Este quadro não permaneceu estável todo o tempo. Como as possibilidades de organização e politização de trabalhadores eram constantemente cerceadas pelas desconfianças dos militares, não tardou para que as CPTs também se tornassem alvo de suspeitas e fossem mantidas sob vigilância. Entre os bispos e padres católicos, muitos deles começaram a criticar a ação daqueles religiosos mais engajados com as lutas sociais. Esse grupo mais *conservador*, do qual faziam parte “muitos bispos”, optou por “estar mais próximos às autoridades políticas” e “a imensa maioria [desses] eclesiásticos achavam que o grande perigo para o mundo e para a Igreja era o comunismo”, não conseguiam, ou não queriam analisar a conjuntura política, econômica e social criticamente ou se envolver com os problemas deste mundo (Barros, 2011, 48-51).

Esse posicionamento tomado pela cúpula da Igreja Católica tornava-se ainda mais inflexível quando a discussão se estendia para a união entre cristãos de instituições religiosas díspares. Apesar da aproximação e identificação de católicos ligados à Teologia da Libertação com o movimento ecumênico, não podemos dizer que a adesão era unanimidade entre os clérigos. Os Teólogos da Libertação, assim como os padres e bispos mais engajados, foram atores isolados se levarmos em consideração o alcance dessa Instituição no Brasil. Dentro das CPTs, mesmo idealizadas por católicos, houve aproximação destes com evangélicos, entre eles, os Presbiterianos da IPU e os membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sendo possível afirmar que a instituição ganhou um caráter ecumênico logo após a sua fundação.⁵

As CPTs se espalharam por todo o País, durante as décadas de 1970 e 1980, período em que eram constantes as mortes de trabalhadores e trabalhadoras do campo envolvidos em conflitos por terra, da mesma forma, não era incomum encontrar padres e pastores que abraçavam a causa dos despossuídos sofrerem ameaças por parte dos grandes latifundiários. Os militares chegaram a acusar as CPTs de responsáveis pelas subversões dos camponeses, dos militantes sociais e assalariados, de incitar esses pobres contra os patrões e a questionarem a situação de miséria a qual estavam submetidos. “De fato, foi a partir da atuação das Igrejas que os conflitos, as violências, os assassinatos de trabalhadores passaram a ser conhecidos, tornados públicos, denunciados.” Até então não era de conhecimento da sociedade tais atrocidades, “nesse sentido, pode-se dizer que a CPT colaborou para a visibilidade “política” dos conflitos e violências”.⁶

O governo ao acusar a Igreja Católica de subversiva, de disseminadora de ideais ateus, comunistas, não agiu de forma mais enérgica contra os religiosos devido à cobertura institucional que estes possuíam. No entanto, no meio eclesial muitos bispos e padres sofreram retaliações por parte dos próprios irmãos de fé, como exemplo temos Dom Hélder Câmara, considerado “durante muito tempo (...) o único bispo católico que tinha um pensamento crítico em relação ao capitalismo vigente” e a situação a que estava exposta a população pobre (Barros, 2011, p. 51). As escolhas de Dom Hélder, a opção pelos despossuídos fez com que fosse visto como perigoso e estivesse sempre sob os olhares dos superiores religiosos e dos militares.

O contexto baiano: desafios e perspectivas

Na Bahia, o cenário de violência era ainda mais assustador. Classificado juntamente com o Pará e o Maranhão, como os três Estados do Brasil nos quais os conflitos no campo estavam mais acirrados entre os anos de 1980 e 1981, segundo a Revista *Reforma Agrária* de 1983.⁷ Estas três localidades permaneceram por toda a década ocupando a “liderança no número de conflitos, embora seguido de perto por Goiás, São Paulo e outros estados”.⁸ Foi essa situação que fez com que muitos religiosos se unissem em torno de um ideal comum, defender das injustiças e perseguições homens e mulheres do campo, bem como padres e pastores envolvidos nesse processo e ameaçados de morte.

Em vários territórios da Bahia, a CPT já era realidade, porém, em Feira de Santana não havia uma instituição que trabalhasse diretamente com as questões referentes à posse do solo. De acordo com João Dias de Araújo, não havia interesse por parte do bispo Dom Silvério de Albuquerque em aproximar a Igreja Católica dos movimentos sociais de trabalhadores do campo. Com o acirramento dos problemas da terra, após constantes pedidos de ajuda vindos de todas as partes do Estado e de sofrerem ameaças padres e pastores, o Presbitério de Salvador resolveu dar início aos trabalhos pastorais no município. A intenção era, além de atender as demandas da cidade, estender o atendimento para outras localidades da Bahia. Acolher “as famílias da Igreja naquela região de Iaçú, de Itaberaba, na região do Vale do São Francisco”, locais onde “estavam tendo conflitos com os grileiros e com os grandes fazendeiros”. Os atritos se davam “tanto lá na região de Bom Jesus da Lapa, do Médio São Francisco, como na região da Chapada”.⁹

Se analisarmos quantitativamente os conflitos de terra ocorridos na Bahia da década de 1930 até 1986, observaremos que para todo esse período o que temos é uma linha ascendente. Enquanto de 1930 a 1950, não havia nenhum caso registrado no Estado, tendo o primeiro ocorrido apenas entre 1950 a 1960, a partir dos anos de 1970 o cenário começou a ser modificado, sendo assinalado 10 conflitos de 1970 a 1980 e daí em diante, 2 em 1982, 2 em 1983, 4 em 1984, 5 em 1985 e 48 em 1986. Cabe ressaltar que em 1986, ano apontado com o de maior número de disputas no campo, a Bahia ocupava a quarta posição entre os Estados com maior índice de conflitos atrelados à posse do solo, ficando atrás apenas do Ceará com 96 casos, o Pará com 80 e o Maranhão com 52.¹⁰

Entretanto esses números da CPT podem ser modificados se levarmos em consideração um levantamento feito pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a partir de notícias presentes em jornais. Para os anos de 1980 são registrados 38 conflitos e 1981 foram 97, totalizando 135 casos. Não podemos deixar de mencionar que nos relatórios da CPT não existem dados referentes a 1981, todavia, os casos levantados pela ABRA para 1980, ultrapassam os 10 conflitos assinalados pela CPT para toda a década de 1970 a 1980. Tanto nos dados da CPT, quanto no levantamento da ABRA, a Bahia continuou figurando entre os Estados com o maior índice de problemas no campo.

Um ponto crucial, que provavelmente ocasionou essa divergência de dados entre a CPT e a ABRA, está na diferenciação dos conflitos. A CPT distingue as agitações no campo em várias categorias: 1ª conflitos de terra, 2ª trabalho, 3ª garimpo, 4ª acidentes, 5ª

sindical, 6ª seca, 7ª outros. Já nos dados da ABRA não é possível notar tal divisão. Todos os problemas referentes à disputa territorial encontram-se em um único grupo. Nos dados de 1985, por exemplo, nos cadernos da CPT temos um total de 768 agitações, 636 tinham a terra como foco e 76 causas trabalhistas, apenas 4 ligadas ao garimpo e 9 a seca.¹¹ Em 1986 dos 759 casos catalogados, 634 estavam ligados à terra e 95 à causas trabalhistas, 7 ao garimpo e 8 se referiam a causas sindicais e nenhum a seca.¹² Informações detalhadas dessa forma não foram localizadas nos relatórios da ABRA.

Da mesma forma não encontramos registros anteriores a 1970. O decréscimo, silenciamento, ou não catalogação dos conflitos pós-64 pode ser entendido se considerarmos o contexto do período. Sabemos que não deixaram de existir, embora em menor alcance e em número reduzido. Nos primeiros seis anos de Governo Militar, as dificuldades de organização eram maiores, sobretudo a partir do AI-5. As denúncias da situação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo só vieram a público a partir da mediação dessas agitações por parte das CPTs, isso nos anos de 1970. No entanto, os registros que possuímos e os disponibilizados pelo órgão só dão conta da segunda metade da década de 80, o que nos leva a crer que os dados, se catalogados pela CPT antes desse período, não puderam ser veiculados. *Coincidentemente*, só após o fim do Governo Militar é que foram tabeladas informações acerca dos conflitos de terra, com destaque para as regiões mais afetadas, os nomes dos envolvidos, as ameaças e assassinatos.

De acordo com Ildes Oliveira (1988), sociólogo que prestou assessoria durante certo período a CEDITER, nos idos de 1975, homens e mulheres do campo voltaram a se organizar em sindicatos de trabalhadores/as rurais, o que ele chamou de “novo sindicalismo”, com “novas lideranças que ensaiam passos novos, com uma prática voltada para os interesses dos trabalhadores, dando uma nova feição ao sindicalismo rural”.¹³ Algumas dessas organizações se deram a partir de aproximações com entidades de viés ecumênico. Apesar da mediação de religiosos em movimentos sociais relacionados a terra, segundo Poletto (1988), as igrejas conseguiram atuar em pouco mais de um terço dos conflitos registrados. Para o autor este é o verdadeiro desafio das igrejas cristãs, buscar um envolvimento com os problemas sociais, abraçar a luta dos pobres pela terra, contra a exploração e a exclusão, em outras palavras, pôr em prática o que é propalado nas instituições religiosas.¹⁴

“A terra é minha, diz o Senhor, e vós sois como migrantes e posseiros” (Lv 25,23)

Leiamos a *Ata – História da CEDITER*, de 01 de junho de 1985. Das finalidades: “1ª dar apoio aos trabalhadores rurais na luta pela posse e manutenção de suas terras”.¹⁵ Este desígnio primeiro da CEDITER foi pensado a partir das dificuldades enfrentadas por homens e mulheres do campo frente ao crescimento do monopólio da terra e da expropriação desordenada dos pequenos produtores. Sob ameaças cada vez mais frequentes, seguidas quase sempre de assassinatos, essa população encontrava-se desamparada e submetida a exploração capitalista, a um sistema defensor do individualismo e que sempre sobreviveu graças à situação de miséria de parte significativa da humanidade.

A CEDITER foi a iniciativa Presbiteriana Ecumênica, após tentativas fracassadas de convencer o bispo Dom Silvério de Albuquerque em estabelecer em Feira de Santana uma CPT. A entidade surgiu da preocupação com os problemas ligados à posse da terra, uma questão que segundo Araújo (não publicado)¹⁶ não é recente, vem desde a criação do mundo. Presente tanto no Antigo, quando no Novo Testamento, a terra é considerada um dos pontos centrais da Bíblia. Ainda de acordo com o autor, é nas Escrituras Sagradas que estão registradas a origem da terra, as primeiras Reformas Agrárias, as Grilagens, a existência de latifúndios, a especulação, entre outros.

Entretanto, esses temas, tão caros para os homens e mulheres da década de 1970 e 1980, não apareceram na Bíblia como algo aceito pelo Criador. Contrário a isso, encontramos a impossibilidade de se desfazer da terra através da venda, pois esta não a pertence. Do mesmo modo não é possível afirmar a perpetuidade sobre um determinado terreno, porque diz o Senhor, “a terra é minha”. Aqueles que nela estiverem usufruirão e tirarão o seu sustento, não esquecendo que “sois como migrantes e posseiros”.¹⁷ Diante do exposto, como enquanto cristãos, não condenar a concentração especulativa, a acumulação, a exploração e a expropriação de pequenas propriedades?

Eram nos princípios bíblicos que os idealizadores da CEDITER buscavam respostas para inquietações sobre a Reforma Agrária, embasamento para suas ações e justificativa para sua bandeira de luta. Como os espaços democráticos eram poucos, eles precisaram ancorar seus trabalhos em uma *Teologia da Terra*, “(...) para justificar biblicamente as ações de todos os cristãos engajados (...) [na] fronteira da práxis cristã”.¹⁸

De acordo com Silva essa teologia defendida pelos Presbiterianos Ecumênicos estava muito próxima das propostas das CPTs e da Teologia da Libertação, era “Uma práxis de intensa colaboração com as CEBs e a Igreja Católica feirense” (Silva, 2010, p. 202).

Essa práxis Presbiteriana Ecumênica apresentou a religião não como idolatria ou alienante, mas como responsável pela mudança na vida de muitas pessoas, sejam os beneficiados pelos trabalhos da CEDITER, ou ainda as lideranças que dirigiam o projeto. A CEDITER “não dava a coisa pronta [...] fazíamos várias reuniões para conscientizar o pessoal que eles é que tinham de lutar, não era pra esperar por ninguém”.¹⁹ Ao se permitirem um maior envolvimento com os problemas deste mundo, com as questões sociais, ao se engajarem na luta contra as dificuldades dos menos favorecidos estes evangélicos demonstraram que não aceitavam mais a realidade da forma como estava posta, que não era mais possível admitir que algumas pessoas sejam injustiçadas para que outras possam se beneficiar. Este pensamento é muito próximo da interpretação que Löwy (1997) deu aos escritos de Marx e de Engels. Este percebeu na concepção desses estudiosos uma visão diferenciada da religião, uma possibilidade de contestação contra uma sociedade excludente (Löwy, 1997).

Se pensarmos a religião fora da realidade, como algo transcendente, de fato ela servirá apenas para legitimar a sociedade e as mazelas do sistema econômico, visto que transfere para outro plano a resolução dos problemas terrenos. Ao ir de encontro a essa concepção religiosa os Presbiterianos Ecumênicos transformaram “a crítica da religião (...) na crítica deste vale de lágrimas e a crítica da teologia em crítica da política”, perceberam que podiam trabalhar como verdadeiros cristãos em favor do irmão injustiçado e contra os responsáveis por tais mazelas (Löwy, 1997, p. 159).²⁰

Ao iniciarem suas atividades na Bahia, os envolvidos no projeto da CEDITER, encontraram um cenário desolador, marcado por “graves conflitos de terra, com a presença truculenta dos grileiros que perturbavam pequenos agricultores”, além disso, o Estado sofria com catástrofes naturais como “a forte seca de 5 anos que assolava o Nordeste”.²¹

A CEDITER surgiu nesse contexto como a Pastoral da Terra da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), idealizada por protestantes ligados ao movimento ecumênico. Nas palavras de um dos envolvidos no projeto de criação da entidade, o Rev. João Dias de Araújo, “a IPU tinha a CEDITER como a primeira organização da Pastoral da Terra dentro da IPU.

Não surgiu depois outra”. Foi a partir de uma reunião realizada em Feira de Santana em janeiro de 1982 que os primeiros passos para a concepção da instituição foram dados. O Rev. João Dias de Araújo, juntamente com “o Reverendo Zé Cardoso e os Presbíteros (...) pediram ao Presbitério pra começar uma espécie de Pastoral da Terra no Presbitério”, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos “trabalhadores rurais [que] estavam sofrendo muito com a atividade dos grileiros”.²²

O Rev. José Moreira Cardoso, que pastoreava em Sítio do Mato, distrito de Bom Jesus da Lapa, já havia sido ameaçado várias vezes, ameaças que se estenderam por toda a década de 1980, conforme os dados da CPT. Nos cadernos *Conflitos no Campo* de 1985 seu nome figurou como o primeiro da lista, seguido pelos lavradores Valdir Fernandes, Belizo, e os Padres Lino Allegri, Luis Sartonel, para citar apenas alguns. Em 1986, além do Reverendo, foram incluídos na lista dos desafetos, Francisco Joaquim Lima, que era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, Epifânio Demerval Almeida, um lavrador do município de Pintados, Ricardo Camellini, Padre em Senhor do Bonfim, entre outros. Nos anos seguintes não foi diferente, incluindo na lista em 1988 o Bispo de Itabuna, D. Paulo Lopes.²³

Nesse ínterim a Diocese Católica de Ruy Barbosa já se encontrava engajada e havia iniciado um trabalho com os pequenos lavradores através da CPT, com intuito de protegê-los, no entanto, carecia da ajuda de outras CPTs. Durante esse período a IPU, juntamente com o Presbitério de Salvador, atendendo a solicitação dos Reverendos João Dias de Araújo e José Moreira Cardoso e de Presbíteros, e levando em consideração o contexto baiano, apoiaram a criação da CEDITER. Contaram com o apoio de alguns membros da Igreja Católica, da Igreja Metodista e da Igreja Batista e iniciaram de pronto suas atividades em Feira de Santana, regiões limítrofes, Chapada Diamantina e nas áreas pastoreadas pela IPU.

Além da finalidade primeira já apontada, que era a de apoiar os homens e mulheres do campo nas disputas pela terra e manutenção das mesmas, a CEDITER, seguindo a sua segunda finalidade, começou suas atividades dando suporte para “a criação de uma assistência jurídica para dirimir as injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais, principalmente os líderes rurais dos diversos sindicatos”,²⁴ nesta segunda finalidade contaram com a experiência do Rev. João Dias de Araújo que havia pastoreado em Wagner, na Chapada Diamantina, e após se aposentar das suas atividades como Pastor

escolheu a mesma região para prestar assessoria jurídica. O Reverendo como advogado tinha “preferência pelo Direito Trabalhista” e havia se especializado “no Direito Agrário”.

25

Quanto a terceira e última finalidade que era a de pôr em prática um plano de ação voltado para a “educação sindical de organização comunitária com o objetivo de fortalecer a mobilização e a organização dos trabalhadores rurais”²⁶, esta virou realidade a partir da criação da Associação de Apoio aos Trabalhadores da Chapada (AATC), meses após a fundação da CEDITER. Participavam da AATC oito sindicatos e entre os seus membros além dos líderes sindicais da Chapada Diamantina, faziam parte os Reverendos João Dias de Araújo e José Moreira Cardoso, o representante da CPT de Ruy Barbosa, entre outros. Esta associação foi responsável pela realização de cursos e encontros, organização de campanhas de ajuda aos atingidos pelas secas e formação de líderes sindicais.

Em Sítio do Mato, área pertencente a Bom Jesus da Lapa, em Iaçú, Itaberaba, Ruy Barbosa, entre outras, a CEDITER prestou assistência jurídica nos conflitos com os patrões que exploravam os meeiros e com grileiros que invadiam as terras dos pequenos agricultores. Na região de Sítio do Mato eram constantes as “expulsões de posseiros por meio de incêndios criminosos de suas casas, derrubadas de cercas, destruição de roças, derrubadas de casas a machado e envenenamentos de aguadas”.²⁷ Nessa localidade a Missão Presbiteriana do Brasil Central realizou uma pequena Reforma Agrária ao distribuir o terreno comprado pela Junta Americana para 92 famílias de trabalhadores rurais. Devido às terras pertencerem aos Presbiterianos e na documentação ainda não constar o nome dos novos proprietários, estas foram alvo dos grileiros que invadiram e expulsaram os pequenos agricultores. As disputas judiciais só foram encerradas “há pouco tempo. (...) Zé Cardoso me disse que [só agora] grande parte daquelas 92 famílias estão recebendo de volta” seus terrenos.²⁸

A CEDITER também atuou na mediação para que a entrada do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) na Bahia, na região da Chapada Diamantina, fosse concretizada. A entidade contou com a ajuda da CPT de Ruy Barbosa para organizar o núcleo dos trabalhadores sem-terra. Juntas planejaram encontros de líderes do movimento com “um grupo jogado fora de uma fazenda” que já havia formado “acampamento (...) na estrada, perto de Itaberaba, entre Itaberaba e Ruy Barbosa”. Como o bispo Dom Matias, responsável pela Diocese de Ruy Barbosa não permitia o MST naquela área, por considerar

o grupo com uma postura bastante radical, coube a CEDITER e a CPT convencê-lo do contrário.²⁹

Em Cachoeira, São Félix, Governador Mangabeira e Muritiba, municípios do Recôncavo Baiano, a CEDITER atuou junto à população que havia sido desalojada de suas casas e expulsas de suas terras, para áreas mais distantes do rio Paraguaçu e sem acesso a água, após a construção da Barragem Pedra do Cavalo, intermediando a disputa dessa população com o Estado que além de expropriar os ribeirinhos, vendeu parte do terreno para fazendeiros.

Uma barragem pensada “para o fornecimento de energia elétrica, irrigação e o abastecimento de energia elétrica de Feira de Santana e do Recôncavo”, e para o “aproveitamento dos recursos hídricos e naturais da área no sentido de implantar programas de desenvolvimento com os objetivos de fixar o homem na terra e diminuir o êxodo para Salvador”, tornou-se para os atingidos um verdadeiro *vale de lágrimas*. Não houve qualquer coerência com o projeto inicial do Plano de Valorização dos Recursos Hídricos da Bacia do Paraguaçu ou planejamento para a relocação da população ribeirinha que viu suas pequenas propriedades serem inundadas.³⁰ Já na área rural de Feira de Santana vale ressaltar o incentivo dado à agricultura familiar, a organização de Associações de Mulheres e a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

O intento da entidade era realizar um trabalho em favor da dignidade humana. Os trabalhadores e trabalhadoras que lutavam por uma vida mais decente, encontraram na CEDITER o amparo que precisavam. A entidade, por sua vez, buscou “difundir e praticar os princípios e as metodologias do diálogo ecumênico, educando, formando e capacitando trabalhadores: homens, mulheres e jovens rurais para o fortalecimento de suas próprias organizações e para ajudá-los a crescer sua cidadania plena”.³¹ Cada participante do projeto era como uma semente plantada na esperança de vê-la germinar e produzir frutos. Essas sementes só foram plantadas devido ao apoio dado por órgãos nacionais e internacionais, como a Pão para o Mundo de origem alemã e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), os primeiros órgãos a contribuir com a CEDITER. Além deles, pode contar com a parceria das CPTs católicas.

Conclusão

A CEDITER surgiu em um contexto conturbado nacionalmente, o País ainda estava sob o jugo dos militares. Eram muitos os problemas enfrentados pela população pobre, em particular os trabalhadores e trabalhadoras do campo que lutavam em prol da dignidade, seja pela conquista da terra, ou pela manutenção da mesma. Viviam em situação de miséria, sofriam com perseguições, ameaças e banimentos das propriedades pelos jagunços a mando dos latifundiários. Na Bahia eram muitos os conflitos envolvendo homens e mulheres que haviam sido expulsos de seus terrenos, que não tinham seus direitos atendidos, não estavam organizados em sindicatos e não possuíam aposentadoria. Muitos deles eram frequentemente ameaçados por pistoleiros a mando dos grileiros, em vários casos foram assassinados ou tiveram suas residências queimadas.

Os Presbiterianos de visão ecumênica, através da CEDITER, puderam intervir em várias dessas disputas. Atuaram na formação de sindicatos e líderes sindicais, na conscientização de trabalhadores e trabalhadoras rurais, na criação de cooperativas, prestando assessoria jurídica e denunciando casos de violência e de crimes contra a população do campo. Por meio da CEDITER esses evangélicos modificaram a forma de atuação de muitos religiosos, bem como a maneira como estes percebiam a realidade. Passaram a ter outra concepção acerca da religião, não mais de amarras, mas de engajamento e participação política. Uma igreja envolvida com o presente, diante de uma sociedade desigual, de um número gritante de despossuídos e que se descobre agente e responsável por promover sua própria transformação.

Referências

BARROS, Marcelo. Dom Hélder Câmara: profeta para os nossos dias. São Paulo: Paulus, 2011.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In: Estudos Sociedade e Agricultura – Revista Semestral de Ciências Sociais Aplicadas ao Estudo do Mundo Rural, n. 5, Rio de Janeiro, nov. 1995, p. 5-31.

COSTA, Iraneidson Santos. Que papo é esse? Igreja Católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

FERREIRA, Muniz. Insurgência, Conciliação e Resistência na Trajetória do Protestantismo Ecumênico Brasileiro. In: DIAS, André Luis; COELHO NETO, Eurelino; LEITE, Márcia Maria (Orgs.). História, Cultura e Poder. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010.

LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. In: Revista de Ciências Sociais – Lua Nova. n° 1, Vol. 40, Rio de Janeiro, 1997, p. 157-170.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e os Conflitos no Campo. In: Saeculum – Revista de História, n. 18, João Pessoa, jan/jun. 2008, p. 11-31.

RAMOS, Carolina. O Estatuto da Terra e as Federações da Agricultura do Sul e Sudeste do Estado. In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h10-08.pdf>. Acesso em 18/04/2012.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. Os Missionários e a caminhada dos pobres no Nordeste. Dissertação (Mestrado em História Social), UFBA, Salvador, 2007.

SILVA, Elizete da. Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – PGH, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

²² COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Os Pobres Possuirão a Terra (SI 37, 11): pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, 2006, p. 10.

³ Ver Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, sancionada em 30 de novembro de 1964, que estabelecia entre suas medidas referentes à terra, a realização da Reforma Agrária. Cabe ressaltar que muitas das disposições foram modificadas outras revogadas no decorrer dos anos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 16/04/2012

⁴ Para mais informações ver FERREIRA, Muniz. Insurgência, Conciliação e Resistência na Trajetória do Protestantismo Ecumênico Brasileiro. In: DIAS, André Luis; COELHO NETO, Eurelino; LEITE, Márcia Maria (Orgs.). História, Cultura e Poder. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010, p. 91.

⁵ Ver COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Os Pobres Possuirão a Terra (SI 37, 11): pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, 2006.

⁶ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Os Pobres Possuirão a Terra (SI 37, 11): pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, 2006, p. 14.

⁷ Revista *Reforma Agrária*. n. 5, v. 13, Campinas – São Paulo, set/out., 1983, 46-48. Dados da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

⁸ HERBERS, Raul G. Conflitos no Campo: o que dizem os dados. In: Revista *Reforma Agrária*. n. 2, Ano 19, Campinas – São Paulo, ago/nov. 1989, p. 50-72.

⁹ Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.

¹⁰ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos *Conflitos no Campo*. Goiânia: Setor de Documentação – CPT, 1986, tabela 1, p. 12, tabela 5, p. 28.

¹¹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos *Conflitos no Campo*. Goiânia: Setor de Documentação – CPT, 1985, tabela 1, p. 23.

¹² COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos *Conflitos no Campo*. Goiânia: Setor de Documentação – CPT, 1986, tabela 4, p. 27.

¹³ ARQUIVO CEDITER – OLIVEIRA, Ildes Ferreira. Movimento sindical Rural e Estado. In: Revista *Tempo e Presença*. s.n., Rio de Janeiro, jun., 1988, p. 4.

¹⁴ ARQUIVO CEDITER – POLETTO, Ivo. Luta pela Terra: novos desafios as igrejas cristãs. In: Revista *Tempo e Presença*. s.n., Rio de Janeiro, jun., 1988, p. 20. Alguns dados citados por Poletto fazem parte do levantamento realizado pela CPT em 1987 acerca dos conflitos no campo ocorridos no Brasil. A afirmação que este faz sobre o envolvimento das igrejas cristãs nos movimentos pela terra são referenciados nesses dados.

¹⁵ ARQUIVO CEDITER – Ata nº 1 – História da CEDITER. Feira de Santana: 01 de jun. 1985, p. 01. Localização 1.H.

¹⁶ ARAÚJO, João Dias. A Teologia da Terra (O “Adamacentrismo” Bíblico), 2011, p. 02, No Prelo. O artigo produzido pelo Rev. João Dias de Araújo trata-se de uma produção inédita e foi cedido à autora pelo mesmo em 16 de junho de 2011.

¹⁷ BÍBLIA SAGRADA. 2 ed. Barueri – São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, p. 91.

¹⁸ ARAÚJO, João Dias. Op. Cit., p. 02. No prelo.

¹⁹ Trecho extraído da Entrevista com a Professora Linda Breda presente no livro de Elizete da Silva, Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana, realizada em 7 de fevereiro de 2007. Linda Breda foi estagiária da CEDITER, fez parte do Projeto Estagiários desenvolvido pela entidade e que contava com vários estudantes universitários. Após a conclusão do projeto a mesma continuou como assessora da instituição. Mais informações recorrer à obra citada, p. 202.

²⁰ Nessa passagem Löwy faz menção a um artigo de Marx que foi publicado em 1844, intitulado Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, no entanto não cita o excerto diretamente do autor.

²¹ ARQUIVO CEDITER – BOLETIM INFORMATIVO – 20 ANOS: HISTÓRICO DA CEDITER. 2002, p. 01.

²² Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.

²³ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos *Conflitos no Campo*. Goiânia: Setor de Documentação – CPT, 1985-1990. Nos Cadernos elaborados pela CPT existem dados quantitativos referentes aos conflitos pela terra no Brasil, os envolvidos nas querelas, o número e nome dos assassinados, os nomes dos responsáveis pela morte e o motivo de tal atrocidade, entre outras informações. Sobre o Rev. José Moreira Cardoso, este é mencionado em todos os cadernos da década de 80, de 1985 a 1989. Anterior a isso, em 1982, de acordo com o depoimento do Rev. João Dias de Araújo, já eram constantes as ameaças ao Rev. José Moreira Cardoso.

²⁴ ARQUIVO CEDITER – Ata nº 1 – História da CEDITER. Op. Cit., p. 01.

²⁵ Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.

²⁶ ARQUIVO CEDITER – Ata nº 1 – História da CEDITER. Op. Cit., p. 01.

²⁷ Caderno do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. Salvador: nº 57, set/out, 1978, p. 51.

²⁸ Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia. Ver também SILVA, Elizete da. Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Ecumênicos em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 198-199.

²⁹ Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.

³⁰ Caderno do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. Salvador: nº 86, jul/ago, 1983, p. 9-15.

³¹ ARQUIVO CEDITER - Cartilha: 19 anos em favor da dignidade humana. Feira de Santana: CEDITER, 2001, p. 3.